



A potência das mulheres das favelas

Com mais da metade da população formada por mulheres e com dona Orosina Vieira como primeira moradora, o maior conjunto de favelas do Rio celebra a força feminina voltada à transformação e à luta por direitos.

Estudo analisa os impactos das restrições impostas pela pandemia de covid-19 às escolas públicas da Maré

PÁGINAS 4 E 5

Nlaison aborda a união entre mulheres negras cis e trans para construir alternativas centradas na coletividade

PÁGINA 10

Conheça iniciativas que oferecem atendimento, cursos e apoio para a construção de novas narrativas femininas

PÁGINA 15

Coletivo MariEllas

Grupo reúne mulheres em partidas de futsal na discussão sobre espaços iguais para ambos os gêneros, importância da prática do esporte para socialização e construção de autoestima. **PÁGINAS 6 E 7**

MATHEUS AFFONSO



GABILINO



Rastros de Dor

Impedidas de viver o luto: mulheres contam como lhes é negado até mesmo o direito de viver a perda dos filhos; confira a primeira reportagem da série sobre revitimação de familiares após perdas em confrontos armados.

PÁGINAS 8 E 9

EDITORIAL

Uma mulher favelada é um símbolo potente por si só. Ao retirar-se a carga negativa que a sociedade impôs ao adjetivo, só resta resistência e impulso de vida. Nesta edição especial do Mês da Mulher, o Maré de Notícias explora as potencialidades da vivência feminina dentro do conjunto de favelas — um microcosmo nas periferias brasileiras.

Em 2020, um levantamento da Consultoria IDados, com base nos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que mulheres são responsáveis financeiramente por 34,4 milhões de domicílios, ou seja, praticamente metade das casas brasileiras. E o número não para de crescer.

O Rio de Janeiro é a cidade com maior percentual de mulheres chefes de família do país. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, elas respondem por 81% do total de responsáveis inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal e por 87% dos que recebem o Bolsa Família. No caso da Maré, o censo divulgado em 2019 apontou que as mulheres já eram 44,4% dos responsáveis únicos ou principais pelo domicílio. Ou seja, quase metade dos lares das 16 favelas era chefiado por uma mulher.

Os dados mostram não somente uma mudança no perfil econômico, como também uma nova trajetória cultural para a sociedade. Não existe “assunto de mulher”, todos os assuntos são nossos. A edição 134 foi quase toda feita por mulheres; a foto da capa mostra articulistas, entrevistadas e editoras do Maré de Notícias.

Os temas circulam entre o futebol feminino e as dores de um luto que não pode ser vivido em sua plenitude dolorosa por algumas das mães mareenses. O Mês da Mulher não é, necessariamente, sobre celebração e rosas. Acreditamos que é um período importante para reforçar a conscientização sobre as desigualdades de gênero, reforçar as fronteiras do respeito e incentivar a postura de luta.

EU, LEITOR

Novo pelourinho?!

Hoje as armas de fogo, quando disparam sempre encontram um corpo preto, seja homem/mulher/criança, acertam o alvo com um/cinco/oitenta tiros, da mesma forma!

Fazem esvaír da vida o sangue vermelho borgonha e quente, que se esparrama no chão sem seguir uma direção.

Isso vem de longa data, os corpos de nossos ancestrais também foram atravessados/mutilados por chibatadas, correntes, colares de ferro, algemas, peias, máscara de flandres, garrote, anjinhos e troncos.

Troncos esses muitas vezes expostos em pelourinhos... E hoje, onde ficam os pelourinhos?

Podemos dizer que os pelourinhos estão em todas as ruas? Estradas? Esquinas? Encruzilhadas? Ou até mesmo estão próximos a suas casas!?

Então ficamos a refletir que, no passado e no presente, tudo foi feito para torturar os insubordinados que buscavam a própria liberdade.

Mas nosso povo tem o coração valente, não vão nos sufocar, nem com paulada irão nos calar.

Nossa voz foi amplificada por nosso desejo de liberdade.

E assim, montamos nossos quilombos e vamos lutar até onde nossas vozes ecoarem e essas nos darão força de sempre continuar!

por Aline Botelho

ENVIE SUA POESIA,
FOTO, RECEITA
OU PIADA. ESTE
ESPAÇO É SEU!
contato@maredenoticias.com.br

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da **maré**

PARCERIA:

actionaid

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré
Campanha Climão
Casa Preta da Maré
Centro de Artes da Maré
Espaço Normal

EDITORA EXECUTIVA E
JORNALISTA RESPONSÁVEL

Jéssica Pires

EDITORES

Dani Moura

(Mtb 24422/RJ)

Tamyres Matos

(Mtb 32434/RJ)

COORDENADORES DE
DISTRIBUIÇÃO:

Arthur Viana

Henrique Gomes

Lenny Aquino

Luiz Felipe de Oliveira

Bacelar

DISTRIBUIDORES:

Antônia Valéria Lins e Silva

Cristiane dos Santos

Jonathan Ribeiro Da Cruz

Lucas Frederico Brandão

Leonardo da Silva

Marcela Ferreira Silva Gomes

Marcelo Sergio Silva Braz

Pedro de Oliveira

Valdemir Gomes da Cunha
Júnior

COLABORARAM NESTA
EDIÇÃO

Adriana Pavlova

Daniele Moura

Jéssica Pires

Tamyres Matos

(Mtb 32434/RJ)

FOTOGRAFIA

Douglas Lopes

Matheus Affonso

Gabi Lino

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórula_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque gráfico da Infoglobo

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO
REPRESENTAM A OPINIÃO
DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO
DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA
A FONTE.

Acompanhe o **Maré de Notícias** na internet!



@maredenoticiasoficial



@maredenoticias



@MareNoticias



(21) 97271-9410



contato@maredenoticias.com.br



www.mareonline.com.br

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

Boa tarde, senhora, vai um jornal aí?

Cristiane dos Santos é uma das que percorrem becos, ruas e vielas entregando o Maré de Notícias

DANIELE MOURA (*)

São 50 mil exemplares distribuídos nos domicílios, nas associações de moradores, organizações não governamentais, instituições que atuam no território, além das 48 escolas da Maré. Um trabalho pesado, coletivo e de extrema importância para o território. São dez distribuidores que percorrem becos, ruas e vielas de porta em porta, de mão em mão, entregando mensalmente o jornal Maré de Notícias. São eles o termômetro das matérias escritas, das fotos publicadas, dos temas escolhidos em cada edição. Lucas, Jonatan, Valdemir, Pedro, Tuany, Valéria, Vagner, Sérgio e Cristiane vestem a camisa, literal e metafóricamente. A partir desta edição, haverá a apresentação dessa equipe tão imprescindível para a disseminação de informação de qualidade nas 16 favelas da Maré, começando pela **Cristiane dos Santos**.

Desde outubro de 2019, a distribuição do jornal é feita em parceria com o Espaço Normal, local de referência no atendimento da população de rua e usuária de drogas em um território de favela. O objetivo do Espaço Normal é pautar uma agenda positiva sobre práticas de redução de danos para pessoas que usam crack, álcool e outras drogas, a partir da convivência e da articulação de uma ampla rede de cuidado, estimulando a criação de vínculos, diálogos e narrativas alternativas para denunciar os efeitos da “guerra às drogas”. Um dos projetos realizados pelo Espaço gera renda com trabalhos pontuais, e a distribuição é uma das iniciativas que contratam para os serviços.

Todo mês, por três dias, durante oito horas, eles têm a função de percorrer ruas, becos e vielas — que, por muitas vezes, foram usadas como abrigo — para entregar o jornal.

Cristiane dos Santos, mais conhecida como Maria Cristiane ou somente Cris, é cria da Vila Kennedy e

conheceu o Espaço Normal em 2019. Foi ali que ela teve o primeiro contato com a redução de danos e pôde diminuir o uso abusivo de álcool e olhar para outras questões de sua vida.

“A rua era muito violenta e passei por coisas que nem gosto de lembrar porque me machucam muito. No Ceasa, conheci a Vanda [coordenadora do Espaço Normal] através de um projeto que acolhia o pessoal que morava na rua. Ela se importou com a minha história, a minha vida,



e conseguiu uma internação do hotel”, relata a distribuidora.

Cris havia morado por oito anos na rua; foi para o extinto Hotel Solidário Profeta Gentileza e lá, iniciou o acompanhamento em saúde mental e redução de danos com a equipe do CAPSad Miriam Makeba. Passou por outras unidades de acolhimento com viés da redução de danos até chegar ao Espaço Normal.

Porém, as oportunidades eram escassas para a inserção no mercado de trabalho. As que apareciam eram em pensões e no garimpo, porém com baixa remuneração. Cris, com sua disponibilidade e desejo de trabalhar, se ocupava organizando

o Espaço Normal durante o plantão, mesmo sem receber nenhum pagamento por isso — até surgir a vaga na distribuição do jornal.

“Eu aprendi a dar atenção. Faço a minha parte, mas aprendendo a saber respeitar porque antes eu era muito ignorante. Eu acreditava no que eu ouvia, tipo assim ‘aquela neguinha não tem educação, é favelada’. E com o jornal eu passei a dar atenção, a dar importância a mim, mostrar para o pessoal o contrário daquilo que falavam de mim”, diz, orgulhosa do trabalho.

Com o dinheiro que ganha no jornal, ela conseguiu alugar uma casa com seu companheiro (que também é distribuidor e frequentador do Espaço Normal) na Rubens Vaz. “Esse pouquinho que ‘nós ganha’ dá pra garantir o aluguel, a gente ganha doação do bujão de gás, ganhei a geladeira, e só de saber que eu não estou mais dormindo na rua... Tenho que levantar as mãos e agradecer a Deus, isso é bom demais!”

Mesmo diante das dificuldades, ela tem se mantido organizada, preservando sua casa e se aproximando de sua família. E já está matriculada num curso de alfabetização para adultos.

“Fiquei mais vaidosa depois do jornal, tô me vendo mais mulher, com mais brilho, e só do meu filho me procurar... Poxa! O jornal me mostrou que eu tenho capacidade de aprender a respeitar a minha família que antes, pra mim, não tinha importância. Você precisa ver quando meu filho me abraça, me agarra, o brilho nos olhos dele, parece criança! Passei Natal e aniversário com ele. Estou mostrando o outro lado, estou dando orgulho aos meus filhos”, conta.

(*) Colaboraram com o texto Vanda Canuto, coordenadora do Espaço Normal, e Lais Araújo, assistente social.

O revelador retrato da pandemia na educação na Maré

Pesquisa da Redes da Maré revela os impactos da covid-19 em escolas públicas das 16 favelas

ADRIANA PAVLOVA

“ Às vezes dá até vontade de desistir. Não desisti, continuei estudando, só que numa frequência bem menor do que eu estudava quando tinha as aulas.”

ALUNA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

“ Eu não consegui, não estudei. Eu não vou ser falso, fingir que eu fui um ótimo aluno. Eu estou boiando nas aulas.”

ALUNO DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Os dois depoimentos corajosos acima são de estudantes de escolas públicas localizadas na Maré e fazem parte de uma ampla pesquisa realizada com alunos, seus familiares e educadores para tentar dimensionar os efeitos da covid-19 na comunidade escolar local, depois de quase dois anos de pandemia e de 20 meses de aulas remotas e híbridas.

O estudo *Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio*, realizado pela Redes da Maré em parceria com o Instituto Unibanco, teve início em março de 2021, estendendo-se até setembro daquele ano.

Num primeiro momento, foram realizadas 89 entrevistas aprofundadas, em 18 escolas públicas da região, com gestores públicos de educação do

DOUGLAS LOPES



Uma das fases do estudo se concentrou em 13 escolas públicas da Maré, incluindo estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos e um de Ensino Técnico

município e do estado do Rio de Janeiro, profissionais de educação (diretores, coordenadores pedagógicos e professores) e também estudantes e seus responsáveis.

Em seguida, foram aplicados 832 questionários: 630 entre alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio; 101 entre responsáveis; e 101 entre profissionais de educação. Nessa fase, a pesquisa concentrou-se em 13 escolas públicas da Maré (nove municipais e quatro estaduais), incluindo estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e um de Ensino Técnico. Em 2019, cerca de 20 mil estudantes estavam matriculados nas 50 escolas públicas do conjunto. Naquele ano, as 13 escolas onde foram aplicados os questionários tinham 6.068 estudantes — o equivalente a cerca de 30% do total de

alunos na Maré. Os números evidenciam os efeitos dramáticos da pandemia tanto na vida escolar de toda uma geração de estudantes mareenses, como também de seus professores e familiares.

Entre os dados que mais chamam a atenção está a sensação de os estudantes terem perdido dois anos de aprendizagem. Três em cada quatro alunos contam que aprenderam pouco (48%) ou nada (26%), somando 74% do total. Mais da metade de-

les (57%) afirmou que sua vontade de estudar na pandemia diminuiu (33%) ou caiu muito (24%). Entre os motivos apontados pelos estudantes estão a dificuldade de adaptação ao ensino remoto (35%) e os problemas de aprendizagem (28%). No caso da saúde mental, 41% dos estudantes afirmaram terem sido afetados — 257 crianças e adolescentes enfrentaram algum tipo de sofrimento psíquico.

Moradores do Salsa e Merengue, a catadora de

ELISÂNGELA LEITE



Resultados da pesquisa expõem enorme desafio das escolas e do poder público neste início de ano letivo



DOUGLAS LOPES

Esperança: mais da metade dos profissionais de educação acredita que será possível reverter os efeitos negativos da pandemia

latinhas **Jéssica Cristina Pinheiro** e seus filhos Isaac e Pedro, de 14 e 15 anos, são exemplos que ilustram esses números. Aluna do EJA na Escola Erpídio Cabral, na Nova Holanda, Jéssica é categórica ao afirmar que a pandemia está deixando sequelas enormes nos estudos dela e de seus filhos: “Ninguém aprendeu nada. Nem eu, nem os meninos. E ainda esquecemos o que a gente sabia. Como não tínhamos telefone e nem internet, eles ficaram sem estudar. Às vezes, a gente conseguia falar com os professores pelo celular de um coleguinha”, diz ela, que foi beneficiada com o empréstimo de um tablet, do projeto *Conectividade*, da Redes da Maré, mas seguiu com dificuldades de comunicação. “O aplicativo Rioeduca era uma dor de cabeça só. Como vamos recuperar esses dois anos perdidos? Se eu tivesse condições, pagava uma explicadora para os meus filhos”, reclama, referindo-se ao aplicativo lançado pela Prefeitura do Rio, que disponibilizava aulas ao vivo e gravadas, e materiais didáticos variados.

A pesquisa mostrou que 38% dos estudantes não acompanharam as atividades remotas. O motivo mais citado foi não ter entendido o que era pedido; o segundo motivo, a falta de internet e, em terceiro, a ausência de um dispositivo eletrônico. De acordo com 87% dos profissionais de educação, menos da metade dos alunos aderiu às atividades remotas. Um professor estimou que,

“de uma turma de 30 alunos, cinco, quatro acessaram, quando muito”. Muitos estudantes usam o celular dos pais, o que os obrigava a esperar que o aparelho estivesse disponível, além de dividi-lo com os irmãos. A má qualidade da internet na Maré também foi mencionada como um fator complicador.

Pouco mais da metade (56%) dos profissionais de educação acredita que será possível reverter os efeitos negativos da pandemia na vida escolar de crianças e adolescentes. Para isso, eles sugerem aulas de reforço (55%); engajamento comunitário e parceria família-escola (48%); estratégias criativas e busca ativa (45%); e parcerias com instituições locais (43%).

Professora orientadora do Programa de Educação de Jovens e Adultos do CIEP Gustavo Capanema, **Janete Trajano da Silva** viu grande parte dos alunos matriculados sumir nos dois anos de pandemia. Em 2020, os professores sofriam para dar conta das novas ferramentas digitais de trabalho, e também fizeram um esforço para buscar cada um dos alunos e entender suas dificuldades. O recurso mais usado foi o WhatsApp.

“O desafio foi manter os grupos ativos, porque é comum que eles troquem de número. Dos 200 estudantes matriculados em 2020, apenas 50 voltaram ao presencial em maio de 2021, porque muitos passaram a trabalhar à noite, na hora das aulas.

Aos poucos, conseguimos trazer de volta 80 alunos. Foi um ano muito marcante para o EJA porque muitos alunos se viram sem perspectiva. Que horizontes é possível oferecer aos estudantes? Como transformar a informação em conhecimento num cotidiano tão difícil?” Para Janete, o ano escolar de 2022 na Maré deveria ser iniciado com um grande fórum sobre educação, para tratar das especificidades das escolas locais. “É preciso oferecer olhares diversificados sobre realidades tão complexas”, defende ela.

Um dado muito impressionante da pesquisa é que 70% dos profissionais de educação disseram que sua motivação para trabalhar durante a pandemia diminuiu. Da mesma forma, 72% relataram o agravamento de problemas de saúde mental e emocional. Quase todos os respondentes (95%) pediram ajuda a colegas ou pesquisaram na internet para atuar remotamente.

Os resultados da pesquisa expõem o enorme desafio das escolas e do poder público neste início de ano letivo, ainda marcado pelas incertezas em relação ao coronavírus. O objetivo imediato é de compreender o contexto e qualificar o diálogo com as diferentes instâncias, sobretudo as secretarias municipal e estadual de educação, a fim de colaborar com políticas educacionais alinhadas às necessidades concretas dos moradores da Maré.

“A pesquisa evidencia o acirramento das desigualdades educacionais de moradores da Maré. Esse cenário só poderá ser enfrentado com uma política robusta não só dos órgãos responsáveis pela educação, como também através de uma perspectiva intersetorial que considere a participação efetiva dos pais e das instituições locais”, defende **Andréia Martins**, diretora da Redes da Maré e coordenadora do estudo. Ela espera “que, com esse trabalho, possamos trazer à tona questões fundamentais que interferem no desenvolvimento da Maré, mas que também podem ilustrar a realidade das periferias de diferentes estados brasileiros”.

A bola é delas: resistência feminina nos campos e nas quadras

Com o crescimento do futebol feminino, coletivo mareense MariEllas conseguiu se reunir em meio à pandemia e criar um espaço de futsal exclusivo

TAMYRES MATOS

"O futebol feminino é um espetáculo ridículo". (Leite de Castro, chefe do departamento médico da Liga de Futebol do Rio, em artigo no jornal *O Dia Esportivo*, em 1940.)

"Pé de mulher não foi feito para se meter em chuteiras" (Iguesil Marinho, assistente técnico do Ministério da Educação, em entrevista ao jornal *O Imparcial* em 1941.)

Ambas as falas aparecem em uma bem-sucedida campanha pela proibição do futebol feminino — entre 1941 e 1979, a prática do esporte foi vetada às mulheres no Brasil. Com a sua liberação, a mobilização política e a resistência das atletas alterou essa situação: nas últimas duas décadas, a popularização da prática foi impulsionada pelo sucesso da "geração Marta". Na televisão e na internet, a audiência das partidas femininas tem subido progressivamente; nas ruas, é possível ver meninas de todas as idades batendo bola por aí.

Na Maré, o coletivo MariEllas conseguiu reunir mulheres para jogar futsal (futebol adaptado para quadra com equipes com cinco jogadores) em meio às restrições da pandemia. A partir de um grupo de WhatsApp criado em agosto de 2020, elas jogaram sua primeira partida em setembro do mesmo ano, e a partir dali se reúnem sempre, respeitando sempre os altos e baixos



Coletivo tem 47 integrantes que também se reúnem para ações sociais em prol de mulheres em situação de vulnerabilidade

do cenário epidemiológico. Atualmente, o grupo é formado por 47 jogadoras, e as atividades do grupo também incluem ações sociais para apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade.

"O futebol feminino começa a ter o seu lugar, e a cena nacional, aos poucos, abre espaço para que as mulheres ocupem seu merecido lugar num esporte que seguia exclusivamente masculino. Na Maré, sempre tivemos meninas que jogam futebol; porém, elas sempre precisam dividir o lugar com meninos. Com poucas representantes, um dos nossos objetivos é proporcionar às meninas um local feito por e para elas", explica **Lilia Arcanjo**, moradora da Baixa do Sapateiro e uma das fundadoras do grupo.

Batizado em homenagem ao símbolo da resistência mareense Marielle Franco, o coletivo traz do berço os ideais de comba-

te ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia. "O futsal para mim é a conquista de um importante espaço num esporte que ainda é dominado por homens. Quero deixar um legado para as gerações futuras: que meninas possam crescer em um mundo onde podem fazer o que quiserem", diz Lilia.

Raquel Santos Albuquerque, de 35 anos, moradora da Vila do Pinheiro, é uma das integrantes do coletivo. Ao refletir sobre o papel do MariEllas em sua vida, a auxiliar administrativa destaca que, para além da saúde física, participar de grupos com interesses e objetivos comuns é essencial para uma mente sadia. "Isso é de extrema importância pra minha vida; me faz muito bem, tanto física quanto psicologicamente. Trabalho, sou mãe; é a hora que tenho um momento que é meu", afirma.

As reuniões do time acontecem três vezes por

semana: quarta às 19h30 e sábados e domingos, às 8h, na quadra do Pontilhão Cultural, embaixo do viaduto da Linha Amarela, na Vila do Pinheiro. O coletivo está aberto à participação de interessadas, sem necessidade de inscrição: é só aparecer nos dias de atividade. Quem não puder ir até lá, entre em contato através do perfil no Instagram (@mariellas_mare/) demonstrando o interesse em integrar o grupo.

Como acontece com outros coletivos, o financiamento é uma questão delicada também para as MariEllas. No início, elas foram apoiadas por amigos e familiares, ganhando uma bola e coletes. Agora, elas dependem de doações para manter e expandir as atividades e as ações sociais do coletivo. Para colaborar, é só doar para o Pix de e-mail mariellas.financieiro@gmail.com.



Jogos acontecem três vezes por semana na quadra do Pontilhão Cultural, na Vila do Pinheiro

Histórico e discriminação

“ Sempre gostei de jogar bola, mas era muito difícil quando criança por causa dos apelidos que me davam e me incomodavam, como 'Maria João' e 'Maria Homem'. Ainda há piadinhas sobre mulheres jogando bola, mas isso não nos faz ser menos.”

BRUNA APARECIDA LOPES DE OLIVEIRA, 30 anos

“ Não me sinto muito respeitada, sempre fica aquele grupinho machista rindo em dia de treino do nosso futsal.”

LILIAM FABRICIO DA SILVA, 29 anos

Os depoimentos das jogadoras do MariEllas, infelizmente, são muito comuns. Mesmo depois de décadas do fim do veto ao esporte para as mulheres, o machismo perdura e é impossível de não ser notado.

A semana da rodada inaugural do Campeonato Brasileiro de futebol feminino em 2021 aconteceu 80 anos depois da instituição do decreto-lei que proibia o esporte de ser praticado por mulheres no país. Em entrevista ao site *El País Brasil* no ano passado, **Aline Pellegrino**, ex-jogadora e coordenadora de Competições Femininas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), afirmou que ainda vivemos as consequências do veto imposto pelo governo do presidente Getúlio Vargas. “Sem a proibição, o Brasil já teria uma Copa do Mundo ou o ouro olímpico no futebol feminino”, acredita Aline.

Símbolo do aumento da relevância da prática no Brasil e no mundo, a atacante Marta, camisa 10 da seleção brasileira, trava há anos uma luta por respeito e valorização. Como um dos resultados da busca por equidade salarial representada pela melhor jogadora de futebol do mundo cinco vezes eleita, desde 2020 a CBF paga os

mesmos salários a atletas homens e mulheres. Ou seja: quem joga pela seleção brasileira ganha a mesma diária para treinar e representar o país, além de fazer juz aos mesmos valores em bônus e premiações nos Jogos Olímpicos.

Sucesso e futuro

Seja em audiência, admiradores ou faturamento, a prática feminina do esporte mais popular do mundo tem ganhado relevância planetária. Um balanço divulgado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) em fevereiro mostrou que as transferências internacionais de profissionais no início do ano movimentaram mais de US\$ 310 mil (cerca de R\$ 1,68 milhão). Esse valor é 60% acima do registrado no início de 2020, mesmo que ainda não se compare com as cifras do futebol masculino.

A Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019, realizada na França, comprovou ainda a tendência de crescimento da atenção ao esporte: o evento gerou uma audiência recorde de 993 milhões de espectadores pela TV e 482 milhões via plataformas digitais, segundo a consultoria Deloitte. A audiência média global, de 17,3 milhões de telespectadores por jogo, é mais de duas vezes maior do que a da Copa do Mundo feminina de 2015, no Canadá (8,4 milhões de telespectadores por jogo).

De acordo com a CBF, em sua edição de estreia a Supercopa Feminina Betano, competição que

abre o calendário do futebol feminino no Brasil, foi assistida por 46 milhões de pessoas somente pela TV Globo. Além dos bons números de audiência, a Supercopa Feminina contou com a presença significativa nos estádios. Dentre os destaques, duas partidas envolvendo o campeão, Corinthians: a estreia diante do Palmeiras (13.890 espectadores) nas quartas de final, e a decisão contra o Grêmio (19.547 espectadores).

A pesquisa ainda aponta que a faixa etária que mais acompanhou a Supercopa Feminina foi a de 50 anos — os homens em primeiro lugar. Segundo a confederação, isso mostra que o futebol feminino tem potencial para atingir um “leque diverso de audiência”.

Para o incremento no futebol feminino, a CBF passou a exigir em 2019 que todos os clubes presentes nas competições oficiais do masculino também formassem uma equipe feminina. Com isso, a quantidade de times considerados relevantes triplicou nos últimos três anos. É possível afirmar que os bons resultados das jogadoras brasileiras em competições internacionais impulsionou essa decisão — uma geração que tem feito história e mudado a cultura do país no esporte. O desejo manifestado por todas as entrevistadas é que campos e quadras (dentro ou fora da Maré) sigam ocupados pelo feminino. Que a bola seja delas, se elas assim o desejarem.

Luto proibido

Perder quem se ama e não poder chorar essa dor é uma cruel realidade para mulheres na Maré e em outras regiões periféricas do Brasil

DANIELE MOURA E TAMYRES MATOS

Vidas que valem menos. Mortes que não podem ser lamentadas. Cotidianamente, moradores de favelas e periferias vivem a relativização da importância de algumas existências, um dos resultados da política bélica de (in)segurança pública. Os reflexos da violência urbana derrubam corpos negros pelo chão e essa situação ganha um caráter perigoso de normalidade. E, mesmo após viver a perda mais dolorosa que provavelmente a vida irá lhes impor, as mães destas vítimas — em sua maioria jovens — não têm o direito de sofrerem por essa dor, por vergonha e/ou medo.

A auxiliar de serviços gerais **Maria da Conceição Almeida*** conta que seu filho foi assassinado em uma ação da polícia em 2017. F., de 17 anos, trabalhava vendendo pipoca, biscoitos e refrigerantes entre as passarelas 8 e 10 da Avenida Brasil. Durante uma ação da polícia, os dois rapazes que estavam com ele correram, mas o caçula de Jaqueline perdeu sua vida, provavelmente, por não ter entendido o comando dos policiais em questão: o jovem não correu porque era surdo.

“O defensor público me falou que os policiais devem ter pedido para os meninos saírem da pista e os outros não morreram porque se jogaram no chão. Eles correram, senão também iriam morrer. Meu filho não correu. Eu não tive direito ao luto, eu tive luta pra conseguir dinheiro para pagar o enterro do meu filho no Caju. Não tive ajuda do Estado, a ajuda que eu tive foi da comunidade, que me emprestou dinheiro para não deixar o corpo do meu filho em cima da terra”, relembra.

Com o processo do caso do jovem arquivado, Maria ainda se sente no papel de provar que sua morte foi resultado de uma ação criminosa de



Marcas da saudade estão espalhadas por todo o território da Maré; espaço de convívio se torna um memorial para vítimas da violência

representantes do Estado. Durante a entrevista, ela reforça a todo momento: “Ele não era bandido, vendia suas mercadorias todos os dias.” E se defende das acusações que são feitas em casos como o do seu filho: “Se ele fosse bandido, ele teria corrido; se ele fosse bandido, estaria de pistola. Tiraram a vida do meu filho porque ele não correu, ele não escutava.”

Dificilmente casos como este recebem a devida atenção, pois boa parte da sociedade assume que o jovem que morreu tem algum tipo de “culpa no cartório”. O luto de mães como Maria se torna proibido, reprimido por vizinhos, amigos e, até mesmo, familiares. O caso da administradora **Clarisse*** também nos traz essa reflexão. Ela perdeu o filho de 26 anos há três anos, vítima de grupos civis armados na Maré.

O rapaz deixou dois filhos; segundo a mãe, nunca se envolveu com o crime. Sem ter descoberto o que motivou a morte do rapaz, Clarisse sofreu ameaças para que não

apelasse pela investigação do caso. “Não viver o luto de um filho morto a tiros na comunidade por estes grupos é como viver na ditadura do medo. Você não pode falar, não pode se expressar, se comprometer, você tem que viver o luto dentro de você, dentro de casa, onde ninguém possa apontar o dedo ou chamar sua atenção. Você é prisioneira do medo”, desabafa Clarisse.

Lidiane Malanquini, pesquisadora e coordenadora do Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, diz que é comum que o direito ao luto seja negado, individual e coletivamente, aos moradores de favelas e periferias brasileiras. Em sua tese de doutorado *‘Ninguém cria um filho pra morrer’: reflexões sobre mortes e moralidades em uma favela carioca*, a pesquisadora analisa os critérios de julgamento que cercam a situação e de que maneira o perfil racial das vítimas influencia a resposta social a essas mortes.

“Não é todo bandido que pode ser



MALDINHO LOURENÇO

Detalhe que representa um apelo em evento de 2019 parte da campanha em prol da memória de vítimas de confrontos armados na Maré

morto ou tem mais chances de ser assassinado; é um bandido específico, que comete um determinado tipo de crime. Isso não é uma coisa que foi inventada como ‘mirar na cabecinha e atirar’; são discursos que recebem apoio velado da sociedade para que a polícia os ponha em prática. Então, não é o policial que vai lá e atira sozinho, existe toda uma sociedade que legitima esses crimes, que não se choca e não se mobiliza quando eles acontecem”, explica Lidiane, referindo-se especificamente às mortes com participação de policiais.

DISCRIMINAÇÃO ATRAVESSA ESTÁGIOS DO LUTO

“Mas ele era vagabundo.” Essa é a frase que uma mãe mareense ouviu de um representante do Estado ao tentar entender como seu filho havia morrido, horas depois de receber a pior notícia da sua vida. Não importava que ele estivesse desarmado e de costas; do ponto de vista do policial, aquela vida era menos legítima e, portanto, a dor daquela mulher não tinha validade. O relato foi compar-

tilhado com um grupo de mulheres que perderam seus familiares no contexto da violência urbana na sede da Redes da Maré em outubro de 2021.

“Quando morre um jovem branco na Vieira Souto (Ipanema) ou em outros bairros não periféricos, ninguém pergunta se ele era envolvido ou não [com o crime]. Ninguém questiona o direito de viver desse jovem, ninguém vai cercear o direito dessa mãe de viver seu luto. Em contrapartida, quando morre alguém na favela, o primeiro movimento é perguntar se o jovem era envolvido. Essa situação é atravessada pelas questões de classe, raça e local de moradia, além das modalidades de crimes passíveis de morte ou não”, observa a pesquisadora.

É sempre importante lembrar que, dentro da lei, a polícia não tem o direito de matar ninguém — tenha ou não a pessoa envolvimento com atividades criminosas. No Brasil não há pena de morte. “É como se a morte dessas pessoas fosse justificada pela atuação delas em grupos armados, em atividades ilícitas, esquecendo que **a gente não**

tem pena de morte no Brasil. Toda e qualquer pessoa que perde um familiar tem direito de viver um luto, principalmente mães. Mas, em casos específicos, esse luto é proibido. Ele tem que ser escondido, não pode ser público”, afirma Lidiane.

Durante a conversa, Maria chora incontáveis vezes ao descrever a dor do silenciamento. “Eu sou muito calada, não converso com ninguém. Fui ao teatro com as meninas [do grupo de Mães da Maré] e só chorei. Meu outro filho não me procura porque ele acha que a culpa é minha; era eu que comprava as coisas para o meu caçula vender. Meu filho morreu por minha causa... [Chora.] Você acha que eu vou esquecer isso? Quem vai tirar isso da minha cabeça? Só quando Deus me finalizar, até lá, para o resto da minha vida, tenho que viver imaginando isso”, acredita, assumindo uma culpa sem sentido.

Para Clárisse, essa é uma dor silenciosa a ser carregada pelo resto da vida, mas a incomoda a maneira como isso é feito: “Eu nasci e cresci aqui na Maré. Gostaria de ser livre

para viver esse luto, que é recluso, fechado. Teve gente que se afastou de mim, teve gente que não quis falar comigo e tem gente que não me dirige a palavra até hoje.”

Durante a construção de sua pesquisa, Lidiane conversou com algumas dessas mães e há diversos pontos de contato na forma como elas lidam com a dor inominável. “Nas conversas com ela (mãe que perdeu o filho acusado de envolvimento com grupos civis armados), pude compreender que existia dor, sofrimento e desespero pela morte do seu filho, mas que precisavam ser recolhidos e mantidos em sigilo. A sensação que tive durante as conversas é que aquela mulher não se permitia viver o luto em público, mas que tinha um processo que não dividia com terceiros”, consta no texto do estudo.

A hipótese defendida pela pesquisadora é que há uma série de moralidades sobre a possível atuação de jovens em redes criminosas junto à responsabilidade da mulher na criação dos filhos, e isso interfere na construção do luto dessas mulheres. As mortes de crianças e inocentes geram compaixão, enquanto mortes brutais e intencionais de rapazes muito jovens — mas potencialmente “envolvidos” — não ganham tamanha visibilidade, não geram comoção pública, nem mesmo quando a brutalidade é injustificada.

(*) Clárisse e Maria são nomes fictícios; as entrevistadas pediram para não serem identificadas

MN ENTREVISTA: Nlaysia Luciano Gaspar Mesquita

Fale um pouco sobre você.

Meu nome é Nlaysia Luciano Gaspar Mesquita, tenho 25 anos. Sou mulher trans/travesti preta e moro na Vila do Pinheiro. Atualmente estou com a matrícula trancada no Curso de Letras: Português/Literaturas na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ), por conta da Pandemia. Coordeno e dou aula no Pré Vestibular Comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CE-ASM). Já fiz parte da equipe do Museu da Maré e sou membra de um dos grupos do Centro de Teatro do Oprimido (CTO), o Coletivo Mate MOTO.

O que é transfeminismo e como ele se relaciona com datas como o Dia Internacional das Mulheres?

Não sou a pessoa ideal para tentar sistematizar o transfeminismo. Quando leio ou ouço essa palavra fico com mais dúvidas do que, efetivamente, identificação. Fundamental é perceber a importância dele nas vidas trans, mas essencial é refletir o motivo da existência de uma palavra que nasceu em relação à outra que já existe. Quando pensamos na palavra "feminismo" abrangemos, na prática, todas as existências que estejam nesse espectro? Se há o "transfeminismo", há reivindicações a partir da narrativa que foi proposta historicamente. Por que categorizar a mulher trans e não se anunciar como mulher cis? Por que falar sobre o que é ser trans e não se perceber enquanto cis? Já entendemos, em alguma medida, que esse feminismo é carregado de uma cisgeneridade, burguesa e branca pautadas em lógicas colonizadas. Ou seja, mulheres cis negras pobres e subalternizadas já foram excluídas em muitos momentos, nesse movimento.

O que acham que aconteceria com travestis e mulheres trans, principalmente negras, pobres e marginalizadas da sociedade? É óbvio que, num discurso acadêmico, essas existências não são evidenciadas nem protagonizaram



Nlaysia no festival *Teatro das Oprimidas* no CMS Américo Veloso, no Piscinão de Ramos

o discurso, mas na vida, na prática, na história, mulheres negras cis e trans sempre lutaram, resistiram e construíram outras possibilidades de existências de forma coletiva. Talvez a importância da disputa de narrativa é aprender com nossas ancestrais — salve Xica Manicongo — para que no mês da mulher, nossa existência não se reduza à categorias, somente. A mulheridade está para além de uma lógica binarizada sobre o que entendemos do feminino.

Como você vê a resistência, por parte de movimentos feministas cis, em relação à inclusão das pautas trans quando o assunto é mulheridade? A partir de uma lógica que altera os caminhos já impostos, que desvios podemos construir?

A resistência por parte de movimentos feministas cisgênero existe! Se há um conflito, talvez seja fruto de uma não aceitação das lógicas de culpa e responsabilidade que, constantemente depositam sobre nossa existência e nos afetam direta e indiretamente. Sendo estas, em realidade, efeitos de mecanismos de poder e elementos de saberes que incidem sobre nossos corpos. Me incomoda a possibilidade de discursos isolados só em tempos em que a exigência de posicionamento é pulsante. Ou seja, num regime de organização social capitalista, onde há cada vez mais um aumento de desigualdades, desenvol-

ver coletivamente as lutas e se envolver na prática com ações de lutas. Precisamos praticar o que falamos, sermos capazes de agir e, agenciando, construir possibilidades estratégicas de mudanças efetivas.

Há nitidamente dificuldade em dizer que gravidez, útero e menstruação não são questões exclusivamente de mulheres, por exemplo, mas isso mexe numa delicada conjuntura cisheteronormativa. Quando excluem a existência de mulheres trans invalidando nossa identidade e autenticidade usando de um discurso desonesto que reduz existências humanas ao genitalismo, contribuem numa homogeneização das vivências e se esquecem de diferenças estruturantes como raça/etnia e classe, além de desconsiderar subjetividades e multiplicidades de feminilidades possíveis. É ignorar a interseccionalidade a partir de um discurso desonesto; as questões de opressão são adicionadas aos argumentos, para deslegitimar mulheres trans e travestis quando, em toda nossa trajetória, as constantes violências que sofremos quando somos pressionadas a uma masculinidade que não nos cabe. De fato, nossa experiência é diferente da de mulheres cisgêneras. São trajetórias diferentes, mas que passam por uma estrutura que de todas as formas foi construída para desmobilizar, violentar, controlar, impor e matar mulheres cis e trans.

Você é uma mulher trans que vive numa periferia no Rio de Janeiro; qual a importância dos coletivos?

Minha transição de vida, hormonal e estética não excluiu o envolvimento das pessoas do meu território. Estrategicamente, a minha permissão em relação às pessoas conviverem comigo, trouxe diálogos, aprendizados, formações, informações, perguntas e respostas. Ou seja, me entendo como um corpo que nasce nas entranhas da favela e essa favela, em alguma medida, protege minha vida numa troca que constrói possibilidades que não foram imaginadas para nossos corpos em momentos passados. Ser educadora popular e estar em evidência em muitos espaços, me trouxe relações de convívio -confortável ou não-. E as reflexões que trago são: será que debater em redes sociais e nas nossas bolhas é suficiente? As pessoas da sua rua sabem sobre suas ações? Como está sua comunicação? Quando e como você se entendeu nos seus processos? Sua identidade de hoje é palpável, óbvia e compreendida na sua vizinhança?

O que você deseja das reflexões do mês da mulher?

Que minha mãe leia essa matéria comigo e que eu possa praticar diariamente a valorização dessa mulher que também me ensinou a ser mulher. Sou filha de Maria de Fátima Luciano e tenho orgulho de tê-la em minha vida. Obrigada, mãe. Por investir em mim. Por possibilitar minha educação e meu acesso à saúde mesmo não sendo reconhecida como estudada ou formada pela escola. Sua vida de sacrifícios, sua luta para criar três filhos, sua sabedoria trazida de minha avó e bisavó me permitiu reconhecer, na prática, cada passo que avanço tendo você como minha referência. Tudo que disse até aqui, é uma "mulhernagem" à senhora. Já que de homenagem o mundo está cheio.

E eu ainda não sou uma mulher?



PÂMELA CARVALHO

Ativista das relações raciais e de gênero e dos direitos de populações de favelas. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É coordenadora do eixo Arte, Cultura, Memórias e Identidades da Redes da Maré e moradora do Parque União.

O dia 8 de março é conhecido como o Dia Internacional da Mulher. Data de extrema importância, reconhece os movimentos de luta de mulheres por todo o mundo. As reivindicações por melhores condições de trabalho e direitos políticos como ao voto foram algumas das importantes pautas que marcaram o surgimento e o imaginário que envolve o 8 de Março. Hoje, percebemos que esta luta é importante para mulheres de forma geral, mas entendemos também que ainda há abismos sociais entre mulheres negras e mulheres brancas.

Nos Estados Unidos de 1851 a ativista Sojourner Truth proferiu o discurso que ficou conhecido como *E eu não sou uma mulher?*

“Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor

lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem — desde que eu tivesse oportunidade para isso — e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?”

Sojourner sentiu na pele os horrores da escravidão; sua fala, endossada por diferentes intelectuais negras por todo o mundo, levanta uma importante questão quando pensamos direitos e mulheridades: qual é a imagem criada quando falamos a palavra “mulher”? As opressões de raça e gênero podem funcionar de maneira sobreposta? Não seriam as mulheres negras, mulheres? Sojourner pode nos ajudar a pensar as condições de vida de mulheres ne-

gras no Brasil de 2022?

Autoras não brancas como Grada Kilomba (*Memórias da Plantação*, 2019) e Gayatri Spivak (*Pode o subalterno falar*, 2010) pontuam que a voz é instrumento de poder. E, no caso de mulheres negras, o problema não é de ausência de voz. Temos voz. O que falta historicamente são ouvidos que nos ouçam.

Tentando responder a essas questões e ao racismo e machismo de forma geral, uma série de movimentos de mulheres negras emerge no Brasil e no mundo.

Em 1950, Lourdes Vale Nascimento fundou o Conselho Nacional de Mulheres Negras. Na década de 1970, mulheres negras afetadas pela dupla opressão do machismo e do racismo se reuniram para formar o Movimento de Mulheres Negras (MMN). Dentro do Movimento Negro, o papel das mulheres era fundamental, sendo inclusive maioria em grupos como a Frente Negra Brasileira. Nesse contexto, se destacam movimentos como a Cruzada Feminina e as Rosas Negras. Em 1978, foi criada a Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (REMUNEA) no Rio de Janeiro, com participação de intelectuais negras como Pedrina de Deus, Irani Maria Pedreira e Azoilda Loretto

da Trindade. Idealizado por Lélia Gonzalez e Zezé Motta, nasce o grupo Luiza Mahin em 1980. Em 1986, surge o Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro (CEMUFJ). Em 1987, Elza de Souza funda a Associação das Empregadas Domésticas e, em 1992, nasce o Criola, organização da sociedade civil que atua na promoção dos direitos das mulheres negras. Em 2010, vem à luz na Bahia o Odara Instituto Mulher Negra, que se tornaria um marco da luta feminista negra e tendo como base o legado feminino africano.

São inúmeros os movimentos protagonizados por mulheres negras. Eles reforçam que elas sempre estiveram organizadas, mesmo que, muitas vezes, fossem excluídas dos conceitos hegemônicos do “ser mulher”. Os movimentos de mulheres negras materializam que não somos iguais e que é importante nos encontrarmos nas diferenças. Diversas conquistas ao longo da história foram obtidas a partir destes movimentos que, além de romperem com silêncios criados pelo machismo e pelo racismo, criaram políticas e espaços outros na sociedade.

Que todas possamos ser mulheres.

A Mulher do Fim do Mundo não tem fim

A cantora Elza Soares morreu no dia 20 de janeiro aos 91 anos, mas seu legado deixou marcas indelévels na cultura brasileira



HANANZA

Escritora, comunicadora, palestrante antirracista e filósofa formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A mulher do fim do mundo era, na verdade, uma mulher de recomeços. Elza Soares seguiu sendo transbordamento de força e luz. Com uma história de vida da qual muitas teriam desistido, essa mulher potente entendia que, depois das tempestades, haveria sempre a possibilidade de recomeçar e escrever novas histórias. Para nossa sorte, Elza nos deu a chance de conviver com sua força e arte por longos anos e, como ela sempre reivindicava, cantando até o fim.

Aos 12 anos levava café, todos os dias e religiosamente às 14h, para seu pai, que trabalhava como operário numa pedreira. Apaixonada pelo som do louva-a-deus, entrou no mato quando seguia para o trabalho do pai, na tentativa de capturar um desses insetos que lhe havia atravessado o caminho. Um garoto que passava na hora pelo local a seguiu, curioso com a atitude daquela menina que andava pelo mato com um bule de café na mão. Ele acabou por derramar café do bule, e os dois entraram num embate. Sentindo o atraso da filha, seu pai acabou encontrando-a saindo do mato

com o rapaz e, imaginando uma história diferente do que a que havia ocorrido, obrigou-a a se casar com o desconhecido.

Casada aos doze anos de idade, se tornou mãe aos treze. A vida nunca deu grandes respiros a Elza Soares. Com seu primeiro filho doente, precisou agir para não perdê-lo. Sem recursos que possibilitassem levar seu filho ao médico, viu no programa de calouros de Ary Barroso sua única oportunidade de curá-lo, caso ganhasse o prêmio acumulado. Muito menina, pesando 32 quilos, pegou uma roupa emprestada de sua mãe (que pesava um pouco mais que o dobro de seu peso) e ajustou o figurino humilde com alguns alfinetes.

Ao ver aquela criança mirrada de roupas largas e maria chiquinha, o auditório começou a rir em tom de deboche e Ary Barro-

so ratificou a humilhação quando indagou ao vivo: “Menina, de que planeta você veio?”. Elza confidenciou ter sentido uma mágoa muito forte neste momento. Muito jovem, mas uma grande fortaleza, teve ainda forças para dar-lhe uma resposta à altura: “Do mesmo planeta que você, Seu Ary, do planeta fome”. Após sua apresentação todos a aplaudiram de pé e Ary Barroso se despediu com a frase: “Senhoras e senhores, neste exato momento nasce uma estrela!” Não. Não nascia naquele momento uma estrela. A estrela já havia nascido há treze anos atrás. Elza Soares veio a este mundo com a missão única de ser luz.

Aos 21 anos se tornou viúva. Este momento foi mais um dos tombos dos quais Elza precisou se levantar com toda dignidade. Questionada sobre os sofrimentos que colecio-

nava ao longo da vida, ela respondia “É só caindo que você vai levantar”. Sua vida sempre foi pautada no presente, a mulher do fim do mundo era firme em afirmar: “meu nome é agora, o passado já foi” e assim Elza ia vencendo batalhas e se tornando vitoriosa a cada passo.

Sua relação com Mané Garrincha foi outro episódio à parte. O jogador, pobre e com problemas de alcoolismo foi o grande amor de sua vida. O início da relação foi uma fase difícil, na qual Elza passou por muito julgamento por ser acusada de ser amante do jogador. Morando no Jardim Botânico, numa passagem mais estruturada de sua vida e numa relação assumida com Mané, repentinamente recebeu por baixo da porta de sua casa um bilhete anônimo que afirmava, em tom de ameaça, que eles tinham

DOUGLAS LOPES



© Douglas Lopes

Festival Mulheres do Mundo, que teve sua primeira edição no Brasil em 2018, teve a honra de recebê-la num show para milhares de pessoas na Praça Mauá

24h para deixar a residência. Até hoje não se sabe por quê. Em poucas horas, o casal fez as malas e deixou o Brasil rumo à Itália, onde permaneceu por quatro anos, acolhidos por Chico Buarque e Marieta Severo, que se encontravam exilados naquele país naquela época. Elza seguiu fazendo alguns shows para manter viva a sua música.

A Itália, mal sabia ela, lhe reservaria uma grata surpresa. Apresentada a Ella Fitzgerald, substituiu a diva do jazz em seu show Ella canta Jobim, enquanto a cantora americana se recuperava de uma cirurgia de catarata. Este não foi o único encontro com uma personalidade internacional. Na Copa do Mundo de 1962 viajou para o Chile como madrinha da seleção. Lá conheceu Louis Armstrong que a convidou ao seu camarim, chamando-a posteriormente de "filha" (por conta de seus recursos vocais parecidos). Elza colecionava bons relacionamentos e grandes encontros.

Porém, ela jamais teve nada de mão beijada; a sua era uma história de vida dura, na qual colecionava capítulos difíceis como a perda de três filhos, um casamento aos 12 anos, um segundo casamento abusivo, uma gravidez precoce e muitos outros episódios semelhantes — Elza parecia conformada a sempre recomençar: “Na minha vida tudo começa torto mesmo, até minha história foi escrita por pernas tortas.” (referindo-se a Mané Garrincha, em uma entrevista).

Favelada, com muito orgulho, nunca se esqueceu de suas origens e ou de olhá-la com amor:

“Eu continuo favela. A favela é dignidade, portanto é preciso olhar a favela com mais dignidade.”

ELZA SOARES

Elza não tem fim. Indicada quatro vezes ao Grammy Latino e colecionadora de importantes prêmios nacionais, sua maior vitória foi, sem dúvida, vencer as adversidades da vida. Com uma extensa discografia, Elza não se limitava a um estilo musical. Embora por muito tempo tenha sido definida como sambista, defendia com firmeza a liberdade artística: “Acho que a música é música. Você tem o direito de ampliar [seu repertório]. Se você tem capacidade de cantar, cante!”

Esta mulher negra, pobre e favelada é motivo de orgulho além das fronteiras. Fenômeno no Brasil e em terras estrangeiras, Elza Soares ampliou a voz de milhares de mulheres silenciadas pelo racismo, pelo machismo e pela misoginia. Cantava, de forma visceral, o hino onde afirmava que a "carne mais barata é a carne negra", provocando uma reflexão que atravessou gerações. Com timbre rasgado, cantado segundo ela

“na garganta”, se consagrou como uma das mais brilhantes estrelas que o Brasil viu nascer, remando contra todas as marés de azar, buscando incansavelmente a sua sorte.

Elza Soares foi a estrela maior da primeira edição, na América Latina, do Festival Mulheres do Mundo (WOW), em 2018; com curadoria de Eliana Silva, da Redes da Maré, o show para milhares de pessoas que a viram cantar na Praça Mauá, centro do Rio de Janeiro, foi registrado por Douglas Lopes, morador da Maré. Ele se lembra, emocionado, do encontro com aquela potência em forma de mulher: “Eu estava atrás da cortina acompanhando os últimos ajustes de cabelo e maquiagem para a grande entrada. O show durou mais de 1h30m, com Elza acompanhada por sua banda, o corpo de dança e percussionistas do Bloco Lú Oba De Min. Ela terminou o show cansada, mas nos recebeu, com toda a atenção e carisma, no camarim para uma rápida entrevista. Houve momentos, no palco, em que me arrepiei todo. Eu fotografava com um olho na câmera e no outro, a lágrima escorrendo.”

No mesmo ano, o musical biográfico Elza estreou, com sucesso unânime de público e de crítica e a participação de grandes atrizes e cantoras, como Larissa Luz, Késia, Janamô, Khrystal, Verônica Bonfim, Laís Lacerda e Júlia Tizumba.

Késia relembra com amor seu encontro com Elza que, segundo ela, foi fruto de muito aprendizado: “Estar perto da Elza fazia qualquer um se sentir pequeno, não no sentido de inferioridade, porque diante de Deus todos nós somos pequenos; Elza era uma deusa que nos apequenava no sentido de aprendizado, de tanto que tinha pra dar. Você se sentia uma criança, aprendendo, ouvindo, sendo discipulado. Dedica a ela toda a minha gratidão pelo que ela fez por mim, pelo Brasil, pelos cantores.”

Elza ainda canta. Seus exemplos de vida e ensinamentos se perpetuam por muitas gerações. A mulher do fim do mundo nunca haverá de morrer. Elza vive!



DOUGLAS LOPES

Não há mundo sustentável sem a ação das mulheres!



ELIANA SOUSA SILVA

Pesquisadora, doutora em Serviço Social, mestra em Educação e diretora, curadora do Festival Mulheres do Mundo WOW e fundadora da Redes da Maré.

São muitas e diferentes razões por que as mulheres lutam mundo afora. A cada dia 8 de março, matérias nas mídias e diversos eventos nos chamam atenção para os desafios que bilhões de mulheres ao redor do mundo vivem cotidianamente, em diferentes níveis e maneiras. O Dia Internacional da Mulher pode, também, ser um momento de reflexão sobre o sentido e a importância desta data que, mundialmente, evoca a condição desigual e histórica das mulheres, quando comparada à dos homens.

Ressalto neste texto o processo de luta de mulheres de favelas e pe-

riferias, na sua maioria negras; elas são, de modo particular, afetadas nos seus direitos mais básicos desde o momento em que são geradas. Nessa perspectiva, cabe lembrar que a tão propagada igualdade de gênero, algo que muitos movimentos de mulheres buscam alcançar, é algo que, muitas vezes, não inclui essas mulheres e, tampouco, seus resultados impactam suas vidas.

Contudo, isso não significa que as mulheres que vivem nas favelas e periferias deixaram de criar formas próprias de atuação e liderança nas lutas que protagonizaram por mudanças em diversos campos das suas vidas. Entendo que os feminismos, como movimentos de luta, foram fundamentais para a materialização de muitas demandas das mulheres ao longo do tempo. Mas é preciso reconhecer que essas lutas, muitas vezes, não incorporaram necessidades e bandeiras de grupos específicos de mulheres.

As ondas que caracterizam o feminismo no tempo buscaram o direito à participação política das mulheres e a garantia do voto feminino; reivindicaram direitos reprodutivos e a sexualidade como algo prioritário. Em uma terceira onda, o feminismo mostrou que não temos como discutir os direitos das mulheres sem que sejam consideradas as suas condições de vida, sexualidade e raça conjuntamente.

Esta perspectiva escancara, sem dúvida, os desafios que temos para agir a partir de um olhar que rompa com as desigualdades que se impõem nas variadas formas de ser mulher. É neste olhar ampliado que precisamos reconhecer que não é mais possível aceitar as violências que acometem mulheres trans pelo simples fato de elas assumirem essa condição no mundo. Não há mais como pensar sobre essas mulheres fora do lugar feminino no qual se colocam. Não vejo como sermos feministas e não nos reconhecermos na opressão e fobia que passam essas mulheres, ao longo de suas vidas, para garantirem o seu lugar no mundo.

Neste momento, é importante lembrar a trajetória da Cristiane Rodrigues da Costa, mulher trans moradora da Nova Holanda (uma das 16 favelas da Maré), pela maneira como afirmou seu lugar no mundo. Cris, como era conhecida, morreu há um mês, atropelada na Avenida Brasil. Ao nascer, lhe

deram o nome de Cristiano Rodrigues da Costa. Desde a infância, como contou em uma entrevista, ela se reconhecia num corpo feminino; queria que seu nome fosse outro. Lutou muito, inclusive junto à sua família, para afirmar seus desejos de viver como acreditava. Conseguiu, apesar da luta para viver e não ser violentada e xingada, como aconteceu muitas vezes. Uma mulher negra que sofreu demais para ser respeitada e reconhecida na sua potência. De forma digna, permaneceu nos seus propósitos e seguiu os seus próprios passos, apesar de ter sofrido violência física muitas vezes.

Quando olho para a trajetória da Cris e vejo a potência da sua afirmação como pessoa e mulher, me pergunto: por que ela sofria tanto para afirmar o que era, o que desejava ser? Por que a sua vida e maneira de ser incomodava tantas pessoas? A resposta a essas e outras inquietações que carrego ao pensar sobre as razões (se é que elas existem) que levam uma parte significativa da sociedade a desrespeitar mulheres e suas formas de existir está no racismo, na ignorância e no conservadorismo que tanto estruturam a sociedade brasileira. Por isso eu acredito, de forma profunda, que não há vida, não há modelos de existência sustentável que não passe pela ação das mulheres.



DOUGLAS LOPES

Jude Kelly e Eliana lado a lado durante a realização do Festival Mulheres do Mundo em 2018

Coletivos e projetos para as mulheres da Maré

Conheça algumas iniciativas e instituições que oferecem atendimentos, cursos e novas narrativas femininas

AMARÉVÊ

Coletivo e produtora audiovisual de mulheres negras que produzem memórias afetivas para ressignificar narrativas sobre a favela.

Instagram: @amareve

Facebook: @amareveoficial

MULHERES CERAMISTAS DA MARÉ, DA VILA DO JOÃO

Projeto que estimula mulheres da terceira idade que vivem em vulnerabilidade social à aprendizagem artesanal da cerâmica negra, promovendo a partir do trabalho a prática do autocuidado e o empreendedorismo.

Instagram: @projetomae.rj

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER SUELY SOUZA DE ALMEIDA

Atendimento psicossocial individual e em grupo, destinado às mulheres em situação de violência; oficinas, cine debate sobre filmes relacionados às mulheres, cursos presenciais e à distância; rodas de conversa e seminários. Endereço: Praça Jorge Machado Moreira, 100, Cidade Universitária - Ilha do Fundão. Telefones: (21) 3938-0600 / 3938-0620.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE MULHERES DA MARÉ CARMINHA ROSA

Atendimento psicossocial individual; promove atividades em grupo para mulheres. É parte integrante da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Telefones: (21) 39380904 / (21) 3938-0905 (WhatsApp e ligação). Endereço: Rua 17, s/n - Vila do João - Maré.

CASA DAS MULHERES DA MARÉ

Espaço de qualificação profissional (cursos), enfrentamento das violências contra as mulheres, atendimento sóciojurídico e psicológico e arti-

culação territorial. Endereço: Rua da Paz, 44, Parque União - Maré. Telefone: (21) 3105-5569

Funcionamento:

Segunda a quinta, das 8h às 21h

Sextas, das 8h às 17h

Sábados, das 9h às 15h

ESPAÇO CASULO MARÉ

Para acolher, fortalecer práticas de autonomia, saúde e coletividade com e para mulheres pretas e faveladas, pelo fim do sexismo e racismo. Endereço: Avenida Guilherme Maxwell, 79 / 2º andar (em cima da academia New Corpore).

E-mail: casuloespaco@gmail.com

Instagram: @casuloespaco

PRA ELAS

Aulas de funcional para mulheres acima de 30 anos. Endereço: Rua Carlos Lacerda, nº 46 (referência - Rua 3). Telefone: (21) 99199-8235. Instagram: @ongpraelas

GAROTAS DA MARÉ

Política, feminismo, cultura, entretenimento, atualidades, história...O perfil no Instagram das "Garotas da Maré" tem como objetivo atingir o público - principalmente o feminino - com informação, embasamento, clareza e leveza na escrita: um papo de mulher para mulher.

Instagram: @garotasmare

Twitter: @GarotasdaMare

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER SUELY SOUZA DE ALMEIDA

Atendimento psicossocial individual e em grupo destinados às mulheres em situação de violência; oficinas, cine debate sobre filmes relacionados às mulheres, cursos presenciais e ead; rodas de conversa e seminários. Endereço: Praça Jorge Machado Moreira, 100, Cidade Universitária - Ilha do Fundão. Telefones: (21) 3938-0600 / 3938-0620.

CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER CHIQUINHA GONZAGA

Rua Benedito Hipólito, 125

Centro Rio de Janeiro - Praça Onze

Tel. (21) 2517-2726

E-mail: ceamcg.smasdh@gmail.com

CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER MÁRCIA LYRA

Rua Regente Feijó, 15 - Centro - Rio de Janeiro.

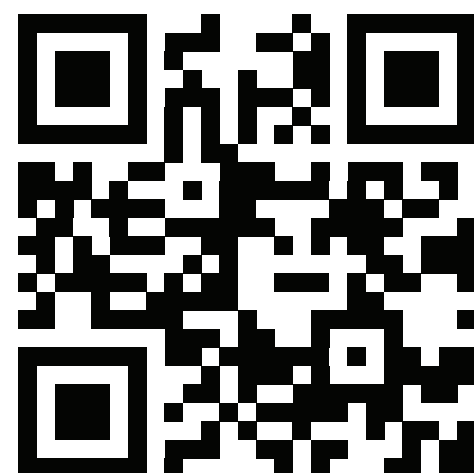
Telefone: (21) 2332-7200

Na internet você encontra o Guia que integra o projeto *Mulheres na Maré: Pensando o Acesso a Direitos e Serviços em Territórios Marcados pela Violência de Estado*. Nele é possível encontrar informações básicas para cuidar de sua saúde física, mental, sexual e reprodutiva, em diferentes fases da vida, e, ainda, refletir sobre como planejar o seu envelhecimento.

Acesse:

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Guia-Mulheres_web.pdf

Ou aponte a câmera do seu celular para baixar o documento em pdf:

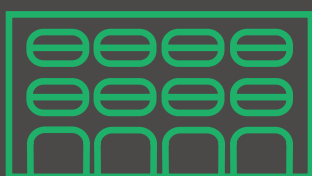


DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

6ª EDIÇÃO • 2021



DE OLHO NA ADPF DAS FAVELAS NA MARÉ



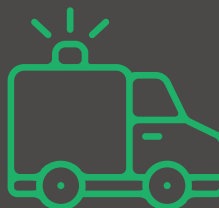
70% das operações policiais aconteceram próximo a escolas e creches.



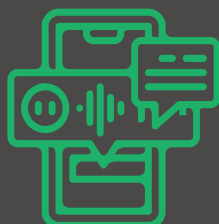
Em **nenhuma** operação policial foi identificado câmera de vídeo, áudio ou GPS.



83% das operações policiais aconteceram próximas às unidades de saúde.



Em apenas **uma** operação policial foi identificada a presença de ambulâncias e equipes de saúde.



Em **60%** das operações policiais houve denúncias dos moradores de violação de domicílios



Apesar das 11 mortes registradas em 20 dias de operação policial, a Redes da Maré identificou a realização de apenas **uma perícia com parâmetros normativos.**

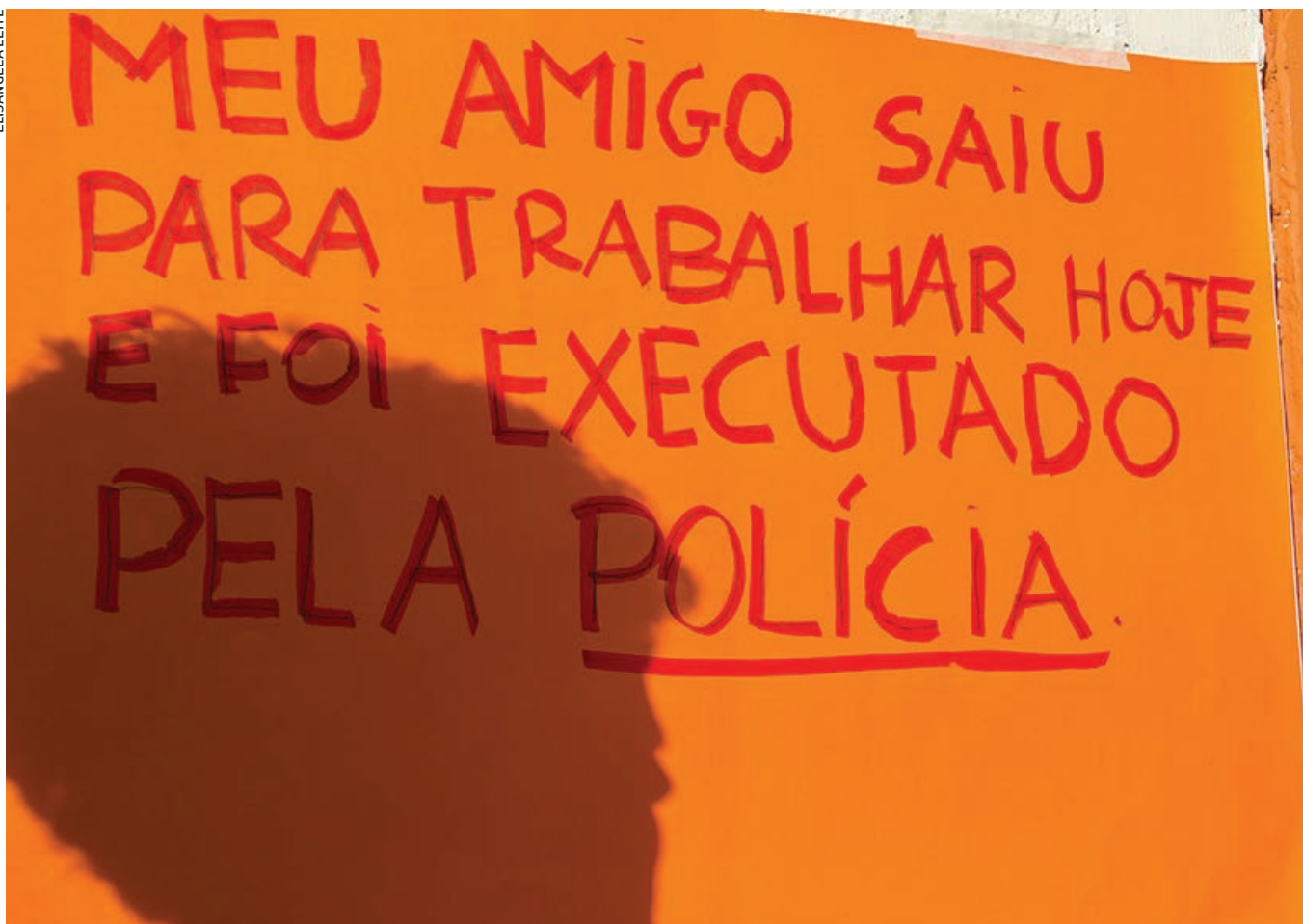
A violência armada na Maré em 2021

Em sua sexta edição, o Boletim de Segurança Pública traz novos dados sobre a (in)segurança pública na Maré

Desde 2016, o projeto *De Olho na Maré!* do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré coleta dados inéditos sobre a violência armada nos territórios. Ao longo dos últimos anos, o monitoramento diário dos diferentes impactos da ação ou da omissão do Estado nas 16 favelas da Maré evidencia o quadro de insegurança urbana mantido por um modelo de segurança pública de confronto, predominante no Rio de Janeiro, que submete moradores de favelas e periferias a condições extremas de injustiça, negação de direitos, invisibilidade, medo e dor.

Depois de 18 meses de suspensão de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro no período de pandemia da covid-19, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o 6º *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré* analisou os efeitos da aplicação da chamada ADFP das Favelas. Uma das percepções do levantamento foi que seu cumprimento varia entre a Maré e outras favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou mesmo entre as 16 favelas que

ELISÂNGELA LEITE



Atirar primeiro, perguntar depois: polícia do estado do Rio de Janeiro tem uma das taxas de letalidade policial mais altas do país

formam a Maré. A efetividade da suspensão também não é igual com o passar do tempo: o número de operações aumenta depois de um período de maior restrição.

Diferentemente do que é amplamente divulgado, a violência armada no Rio de Janeiro não é fruto de polos opostos combatendo numa guerra. Depois de décadas, essa estratégia oficial não apresenta nenhum resultado positivo, nem no combate ao tráfico internacional de drogas e muito menos na

diminuição dos conflitos locais, mas alimenta uma lucrativa indústria bélico-militar que toma toda a agenda e o orçamento público do Estado do Rio.

Ao longo dos anos de monitoramento realizado pelo *De Olho na Maré!*, essa linha de ação consolidou-se como o modelo de segurança pública nas favelas e periferias urbanas e se limita, praticamente, ao confronto impellido pelas forças de segurança do estado através do enfrentamento bélico e permeado por ações arbitrárias e violações de direitos. As operações policiais, que deveriam ser o último recurso, sempre foram a principal e mais comum das ações da polícia em favelas como a Maré, em detrimento de outras formas de se prover

segurança pública, como investigação, inteligência e policiamento.

Dados revelam, ainda, que essa política vem impactando sobretudo na letalidade violenta de uma parcela muito específica da população: os jovens negros e moradores de favela. Nos territórios da Maré, em 2021, ocorreram pelo menos duas operações policiais com características de ocupação, em que os policiais permaneceram por 26 horas consecutivas no Parque União e por três dias seguidos em Marcílio Dias. Além de mortes, as ações foram marcadas por casas invadidas sem mandado de busca e apreensão, por subtração de pertences, ameaças, violências físicas, humilhações e danos ao patrimônio pelos

Entre 2017 e 2021 aconteceram 132 operações policiais e 114 confrontos entre os grupos armados nas favelas da Maré. Juntos, estes 246 momentos de conflito causaram 157 mortes e interromperam, por 94 dias, o funcionamento das unidades de saúde, e por 70 dias as aulas nas escolas da Maré.

agentes de segurança pública.

Dados apontam que a ADPF das Favelas reduziu consideravelmente os impactos da violência armada. O número de operações policiais caiu para menos da metade, passando de 39 em 2019 para 16 em 2020, impactando na redução de 88% da letalidade violenta provocada por agentes do Estado na região das favelas da Maré. Já em 2021, houve um aumento de 25% das operações policiais e 120% nas mortes por intervenção do Estado, mas ainda abaixo do registrado em 2019.

Impactos da violência

Além das violações de direitos individuais (vida, integridade física, liberdade e até propriedade), a violência armada impõe obstáculos significativos para os moradores das favelas da Maré ao acesso a direitos sociais e coletivos, como o direito à educação e à saúde. Isso significa que, apesar de todas as lutas dos moradores por melhorias na qualidade de vida e de importantes conquistas (como o crescente número de escolas na Maré), a violência armada impede que elas perdurem e condena a população a permanecer nos ciclos de pobreza, violência e negação de direitos.

A violência armada causa, rotineiramente, a suspensão das atividades escolares. O *De Olho na Maré!* registrou seis dias sem aula por conta das

ações da violência armada na Maré, em 2021. Destes, cinco foram em decorrência de operações policiais e um, por conta da ação de grupos armados. Para além deste impacto direto, a militarização do cotidiano também leva a significativos danos à saúde mental dos profissionais, estudantes e familiares, além de depredar o patrimônio das unidades escolares. Com isso, impulsiona-se a evasão escolar e a rotatividade dos profissionais.

No ano passado, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), as unidades de saúde tiveram 14 dias sem atendimento, oito dias com atendimentos interrompidos pontualmente e 16 dias com a suspensão das atividades externas. No CMS Vila do João, por exemplo, que atende mais de 25 mil pessoas entre as favelas da Vila do João e Conjunto Esperança, a unidade precisou suspender suas atividades por sete dias; em um dia, limitou a circulação dos profissionais no território, impactando o cuidado domiciliar a pessoas em isolamento por covid-19.

Operações policiais proibidas

Neste ano, o projeto identificou 20 operações policiais, sendo 14 planejadas e seis emergenciais, além de três outras ações das forças de segurança. Em relação ao ano de 2020, o número de operações po-

liciais aumentou 25%, passando de 16 para 20, e o número de mortes subiu 120%, passando de cinco em 2020 para 11 em 2021.

Apesar da proibição das operações policiais em favelas do Rio de Janeiro no período de pandemia, apenas em quatro meses elas não aconteceram na região da Maré. Já quanto aos resultados das operações, a recuperação de objetos de crimes ou armas e drogas ilícitas representou uma média de apenas 24.6% do que poderia ser considerado o sucesso de uma operação destinada à repressão de crimes. Detenções também poderiam ilustrar o cumprimento dos objetivos das operações, dentro desta lógica. No entanto, apenas 29% das operações tiveram detenções, mas provocaram a morte de 11 pessoas.

Contrariando a legislação vigente, que exige mandados judiciais para que policiais parem pessoas e efetuem revistas e buscas em residências e automóveis, na Maré estas abordagens são realizadas, via de regra, sem mandado e com abuso de autoridade, o que leva a outros atos de agressão e descumprimento indiscriminado da lei. O *De Olho na Maré!* registrou pelo menos 103 violações de direitos em 2021, entre elas invasão de domicílio; dano ao patrimônio; violência física, psicológica e verbal; ameaça; subtração de pertences; assédio sexual e tortura, além de morte e ferimentos por arma de fogo.

Os números levantados pelo *De Olho na Maré!* indicam que 70% das operações policiais na Maré em 2021 aconteceram próximo a escolas e creches e 83%, ao redor de unidades de saúde. Não foi identificado o uso de câmera de vídeo, áudio ou GPS em nenhuma operação policial, assim como apenas em uma foi requisitada ambulância e equipes de saúde; 60% das operações policiais resultaram em denúncias de violação de domicílios. Apesar das 11 mortes registradas em 20 operações, apenas uma perícia foi realizada.

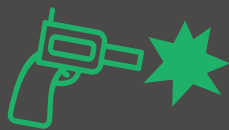


DOUGLAS LOPES

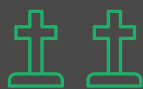
Viaturas policiais em dia de operação no Parque União, uma das favelas da Maré. Agentes da polícia com balaclava, máscara que impossibilita a identificação



DADOS GERAIS "DE OLHO NA MARÉ!" EM 2021

**20** OPERAÇÕES
POLICIAIS60% das operações policiais
aconteceram em Marcílio Dias**15** CONFRONTOS ENTRE
OS GRUPOS ARMADOSTodos na região de limite territorial entre
as favelas Parque Maré, Nova Maré e Baixa
do Sapateiro**22** MORTES POR
ARMA DE FOGOAs mortes por intervenção do Estado
aumentaram mais que o dobro em relação
ao ano de 2020. 11 mortes por intervenção
do Estado e 11 mortes em confrontos entre
os grupos armados.**103**
OUTRAS VIOLAÇÕES
DE DIREITOS81% das violações de direitos foram
provocadas por agentes da segurança
pública e 19% foram provocadas por
integrantes dos grupos armados.**06**
DIAS DE ATIVIDADES
SUSPENSAS NAS ESCOLAS
DA MARÉ EM DECORRÊNCIA
DA VIOLÊNCIA ARMADAPor conta da violência armada o retorno
às aulas presenciais foi interrompido por
duas vezes após a suspensão das aulas
presenciais na pandemia.**38**
DIAS COM IMPACTOS NAS
UNIDADES DE SAÚDE14 dias com fechamento integral das
unidades, 8 dias com fechamento parcial
das unidades e 16 dias com a suspensão
das atividades externas.

COMPARAÇÃO ENTRE OS ANOS

OPERAÇÕES
POLICIAIS

MORTES

DIAS SEM
AULASDIAS SEM
ATENDIMENTO
NAS UNIDADES
DE SAÚDE